

Natália Larizza Sanches de Souza
Soraya Carvalho Souza Biller Teixeira
Rafaela Neres de Oliveira
Deyvison Moreira Santos

O LÉXICO MÉDICO NOS PROCESSOS- CRIME DE DEFLORAMENTO

RESUMO

No Código Penal de 1890, artigo 267, o crime de defloramento consistia em tirar a virgindade de uma mulher menor de idade através do emprego de sedução, engano ou fraude. O intuito dessa legislação era a proteção da honra (FAUSTO, 2001), porém, não se tratava da proteção da honra como um atributo feminino e sim como um apanágio do homem ou da família tradicional cristã. Os processos-crime de defloramento são um conjunto de documentos jurídicos que corporificam o andamento, desde a denúncia até a sentença final, de uma queixa-crime prestada por haver ocorrido cópula carnal, com ou sem consentimento, entre uma mulher (a vítima) e um homem (réu). Neste tipo de processo é comum a realização de exames que comprovam a existência ou não do defloramento. Realizados por médicos legistas, o corpo de delito se torna uma parte fundamental de um processo-crime de defloramento. Neste artigo, além da discussão sobre crítica textual e edição de texto, centrado nos estudos de Cambraia, (1999), Spina (1990) e Mattos Silva (2006 e 2008)), apresentaremos duas edições de auto de corpo de delito de processos-crime de defloramento ocorridos nos anos de 1893 e 1902, na cidade de Aracaju/SE. Em conjunto, apresentaremos um recorte do glossário da terminologia médica encontrada nestes corpos de delito, utilizando os procedimentos da Terminografia (BARROS, 2003). Nossa contribuição se assenta na disponibilização das edições para o banco de dados diacrônicos do Estado de Sergipe e no desenvolvimento dos estudos terminológicos (KRIEGER; FINATTO, 2004) de viés sócio-histórico (MARENCO, 2016).

Palavras-Chave: crítica textual, terminologia, defloramento

THE MEDICAL LANGUAGE IN THE DEFLOWER CRIME PROCESSES

ABSTRACT

In the Penal Code of 1890, article 267, the crime of deflower consisted in taking the virginity of a minor woman through the use of seduction, deceit or fraud. The purpose of this legislation was the protection of honor (FAUSTO, 2001), but it was not the protection of honor as a feminine attribute but as an appanage of man or the traditional Christian family. The deflower criminal proceedings are a set of legal documents that embody the progress, from the denunciation to the final sentence, of a crime-related crime lodged for the occurrence of sexual intercourse, with or without consent, between a woman (the victim) and a man (defendant). In this type of process it is common to perform tests that prove the existence or not of the defloration. Performed by medical examiners, the offense body becomes a fundamental part of a defloration criminal process. In this article, in addition to the discussion on textual criticism and text editing, centered on the studies of Cambraia, (1999), Spina (1990) and Mattos Silva (2006 and 2008), we will present two issues of auto body of crime- deforestation occurred in the years 1893 and 1902, in the city of Aracaju / SE. Together, we will present a glossary of medical terminology found in these offenses, using the procedures of Terminography (BARROS, 2003). Our contribution is based on the availability of the editions for the diachronic database of the State of Sergipe and the development of terminological studies (KRIEGER; FINATTO, 2004) of socio-historical bias (MARENGO, 2016).

Keywords: textual critical, terminology, deflower.

EL LÉXICO MÉDICO EN LOS PROCESOS-CRIMEN DE DESFLORAMIENTO

RESUMEN

En el Código Penal de 1890, artículo 267, el crimen de desfloramiento consistía en quitar la virginidad de una mujer menor de edad a través del empleo de seducción, engaño o fraude. La intención de esta legislación era la protección del honor (FAUSTO, 2001), sin embargo, no se trataba de la protección del honor como un atributo femenino, sino como una compensación para el hombre o para la familia tradicional cristiana. Los procesos de crimen de desfloración son un conjunto de documentos jurídicos que corporifican el progreso desde la denuncia hasta la sentencia final de una queja crimen prestada por haber ocurrido cópula carnal, con o sin consentimiento, entre una mujer (la víctima) y un hombre (reo). En este tipo de proceso es común la realización de exámenes que comprueban la existencia o no del desfloramiento. Realizados por médicos forenses, el cuerpo de delito se convierte en una parte fundamental de un proceso criminal de desfloración. En este artículo, además de la discusión sobre crítica textual y edición de texto, centrado en los estudios de Cambraia, (1999), Spina (1990) y Mattos Silva (2006 y 2008), presentaremos dos ediciones de auto de cuerpo de delito de procesos-crimen de desfloramiento ocurrido en los años 1893 y 1902, en la ciudad de Aracaju / SE. En conjunto, presentaremos un recorte del glosario de la terminología médica encontrada en estos cuerpos de delito, utilizando los procedimientos de la Terminografía (BARROS, 2003). Nuestra contribución se basa en la disponibilidad de las ediciones para el banco de datos diacrónicos del Estado de Sergipe y en el desarrollo de los estudios terminológicos (KRIEGER, FINATTO, 2004) de sesgo sociohistórico (MARENGO, 2016).

Palabras clave: crítica textual, terminología, desfloramiento

1 INTRODUÇÃO

O processo-crime pode ser entendido por um conjunto de documentos jurídicos que corporificam o andamento de uma queixa criminal, desde a denúncia até a sentença final, no caso de defloração, por haver ocorrido cópula carnal, com ou sem consentimento, entre uma mulher (a vítima) e um homem (réu). Dentre as diferentes tipologias textuais existentes ao longo do processo encontramos o auto de corpo de delito, no qual médicos peritos realizam exames médicos sob forma de perícia objetivando a confirmação ou não do crime de defloração.

Nossa pesquisa cumpre uma das agendas do Projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB), através do seu braço regional. O projeto em tela visa à descrição da realidade linguística e cultural do português de Sergipe dos séculos XVIII a XX (MARENGO; FREITAG, 2016), partindo do conjunto documental categorizado como *corpus* comum mínimo, definidos por Simões e Kewitz (2010). Após a seleção do *corpus*, realizamos a edição, seguindo o rigor filológico, como sugerido por Mattos e Silva (2008), por se tratar de edição para fins de análises linguísticas, utilizando critérios norteadores da Crítica Textual e das normas estabelecidas pelo PHPB. Utilizamos, também, procedimentos da Terminografia, conforme nos orienta Barros (2003), tornando, assim, possível a construção de um glossário terminológico médico de um auto de corpo de delito do final do século XIX.

Nosso objeto de estudo é o processo-crime de defloração de Alice Ramalho Porto, natural da cidade de Aracaju. A fonte documental está alocada no acervo histórico do Arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, localizado na cidade de Aracaju. Nosso intento é apresentar os resultados da edição semidiplomática (CAMBRAIA, 2005; SPINA, 1990) do auto de corpo de delito deste processo, bem como, a construção de um glossário terminológico específico, que permita o desenvolvimento dos estudos terminológicos (KRIEGER; FINATTO, 2004) com viés sócio histórico (MARENGO, 2016, 2018).

A partir do assentamento das edições semidiplomática dos processos-crime de defloração existentes no Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe e sua futura disponibilização em um banco de dados diacrônico do PHPB/SE, será possível realizar análises linguísticas de viés pancrônico, sob diversas perspectivas, com a finalidade de remontar o uso da Língua Portuguesa, escrita e falada, no Estado de Sergipe. Como também, pesquisas nas áreas jurídicas, sociológicas, históricas, antropológicas e demais caminhos afins.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Projeto *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB)

Este trabalho está alinhado ao Projeto Para História do Português Brasileiro-PHPB que foi criado pelo professor Ataliba de Castilho em 1997, no programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo, inicialmente concebido para dar conta do português caipira do interior do estado. Ao longo dos anos o PHPB foi ganhando espaço pelo Brasil e hoje conta com diversas instituições e pesquisadores em mais de nove estados brasileiros e tem como objetivo estudar diacronicamente o comportamento léxico-terminológico, no que se refere aos fenômenos de variação e mudança do Português brasileiro. O projeto vai catalogar e descrever parte da história do Português em Sergipe, trabalho – até então – pouco executado e que tem suma relevância para os registros de nossa língua e entendimento dos caminhos que a mesma percorreu até os tempos atuais.

A necessidade de entender e interagir com as comunidades de fala (e de práticas) dos séculos passados no nosso estado fomentou em nós a vontade de fazer essa busca para desenvolvermos nosso estudo de edição dos manuscritos. Para dar conta do entendimento da relevância do nosso trabalho, apontamos Marengo e Freitag, ao dizerem que:

A constituição e/ou ampliação de bancos de dados sociolinguísticos contemplando uma variedade do português brasileiro ainda não mapeada (ou pouco mapeada), como é o caso de Sergipe, é altamente desejável. Como objetivo de subsidiar a investigação de variedades linguísticas do português, em seus diferentes níveis (do morfofonológico ao discursivo) e com diferentes propósitos (dos descritivos aos moldes sociolinguísticos às aplicações educacionais, subsidiando programas de ensino de língua materna), o projeto *Falares Sergipanos* visa constituir um banco de dados linguísticos amplo, abarcando as perspectivas sociolinguística (dados sincrônicos) histórica (dados

diacrônicos), da variedade de português em Sergipe. (MARENGO; FREITAG, 2016, p.117)

Dessa forma, baseados no que nos expuseram os autores supracitados, as nossas edições não só possuem a importância assentada na preservação da história e do conteúdo do documento, como também na constituição de um banco de dados para estudos do português sergipano de séculos anteriores.

2.2 Crítica textual e Edição de texto

O escopo para entender a crítica textual, segundo Cambraia (2005) é o fato de que um texto sofre modificações ao longo do processo de sua transmissão, ou seja, toda vez que um texto é copiado, sua constituição é modificada, seja voluntária ou involuntária, tal cópia pode trazer marcas de quem a copiou, ou até ajustes que o mesmo achou necessário e, é justamente por isso que o objetivo primordial da crítica textual é a reconstituição da forma genuína dos textos, sendo necessária especial reflexão do crítico ao escolher o tipo de edição.

Cambraia ainda distribui as edições que se baseiam na forma estabelecida do texto em duas grandes classes: As edições monotestemunhais (baseadas em apenas um testemunho de um texto) e as politestemunhais (baseadas no confronto de dois testemunhos de um mesmo texto) nos detendo nos primeiros tipos de edição, segundo a proposta de Cambraia (2005, p. 91) podendo ser dividido de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 01: Tipos e características de edições.

Tipos de Edição	Características
Fac-Similar	Reproduz-se a imagem de um testemunho somente através de meios mecânicos, como fotografia, xerografia, escanerização etc.
Diplomática	Faz-se a transcrição exatamente como está escrito no modelo, como, por exemplo, sinais abreviativos, sinais de pontuação, paragrafação, separação vocabular etc.
Paleográfica/Semidiplomática	Não é tão fiel ao modelo como a diplomática, fazendo assim com que a leitura seja mais fácil para o leitor que não é especialista.
Interpretativa	É a mais acessível de todas porque o texto passa por um processo de uniformização gráfica e oferece ao público um texto mais apurado. Os elementos estranhos à sua forma genuína vêm claramente assinalados.

(MARENGO, 2016)

Como base no que nos coloca Spina (1990), a intenção das edições realizadas sob os preceitos da Crítica Textual é a de tornar o texto acessível ao público leitor. Marengo e Cambraia (2016) nos diz que, além disso, é importante ressaltar que a acessibilidade deve levar em conta a especificidade do público a quem vai destinada a edição e dos propósitos de realização da mesma. Ainda que a facilitação da leitura seja uma das metas a serem alcançadas, não se pode desprezar a sistematicidade da metodologia para sua concretização.

Assim sendo, o tipo de edição a ser utilizada para estudos linguísticos deve atender, primeiramente, ao linguista e seus anseios. Ademais, já que as edições serão realizadas já vislumbrando seu uso para futuras análises linguísticas por parte das demais linhas que estão inseridas no PHPB/SE, devemos cuidar para que não se percam dados e informações relevantes no momento da edição. Esse cuidado é importante, pois, segundo Cambraia (1999): “A viabilização dos estudos diacrônicos depende, sem dúvida, da realização de edições rigorosas e fidedignas, que ofereçam o máximo possível de informações sobre o texto, reproduzindo, na medida do possível, todas as características do original e efetuado apenas aquelas intervenções que se fizessem necessárias para a inteligibilidade do texto (como, por exemplo, o desdobramento de abreviaturas)”.

Partilhamos da mesma opinião de Cambraia (1999) e Marengo (2016) ao estabelecerem a edição semidiplomática como a mais adequada. Isto se deve ao fato de este tipo de edição respeitar o máximo possível das características originais das fontes e intervindo o editor em pequena escala no intuito de desfazer a dificuldade de leitura do público. Ainda conforme o autor, além de as interferências consistirem em “um grau médio de mediação, pois, no processo de reprodução do modelo, realizam-se modificações para o tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar características originais, tais como os sinais abreviativos (CAMBRAIA, 2005, p.95)”, todas aparecem devidamente assinaladas e estão embasadas em justificativas de cunho linguístico.

3 METODOLOGIA

Nessa seção iremos apresentar a seleção do nosso corpus de trabalho, com questões relativas ao tipo de edição dos manuscritos, bem como às normas de edição e à tipologia textual com a qual estamos operando nesse estudo.

3.1. Seleção do *Corpus*

No âmbito do projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), ao qual estamos vinculados, existe uma constituição de um *corpus* mínimo comum - conjunto de documentos que são comuns a todas as regiões envolvidas no PHPB, e que foram definidos por Simões e Kewitz (2010), partindo da seguinte categorização:

Corpus mínimo comum - manuscritos

1. Testamentos
2. Processos-crime
3. Atas da Câmara

Dessa feita, nosso estudo está alicerçado no tipo 2 apresentado no corpus mínimo comum da área de manuscritos.

3.2. Tipo de Edição

A intenção de realizar edições é a de tornar o texto acessível ao público leitor, seja especialistas ou leigos, porém é necessário observar a sistematicidade da metodologia para sua concretização. Para Mattos e Silva,

No que se refere à metodologia, deve-se ressaltar que não se pode e nem se deve utilizar qualquer edição de texto do passado para análise histórico-diacrônica: a edição tem de ser feita com rigor filológico e com o objetivo claro de servir a estudos linguísticos; há edições úteis ao historiador ou ao estudioso da literatura ou ao chamado grande público, mas que, contudo, não devem ser usadas para estudos de história linguística. (MATTOS E SILVA, 2008, p.15)

Marengo e Cambraia (2016) afirmam que devemos levar em conta a especificidade do público a quem destina à edição e dos propósitos da realização da mesma. Portanto, a edição escolhida deve atender primeiramente, ao linguista e por este motivo, necessária se faz que não se percam dados e informações relevantes no momento da edição. Este cuidado é importante, pois, segundo Cambraia (1999) “a viabilização dos estudos diacrônicos depende, sem dúvida, da realização de edições rigorosas e fidedignas”.

Utilizamos as orientações preconizadas por Cambraia (2005), e elegemos a edição semidiplomática (ou paleográfica) como a mais adequada para nossa edição, pelo fato deste tipo de edição respeitar o máximo possível das características originais das fontes e as intervenções serem feitas apenas com o objetivo promover uma leitura facilitada ao leitor.

3.3. Normas da Edição

Nesta pesquisa seguimos as normas de edição preconizadas e adotadas pelo PHPB, porém só informaremos as que foram realmente utilizadas.

1. A transcrição foi conservadora.
2. As abreviaturas foram desenvolvidas, marcando-se – em itálico – as letras omitidas e observando-se os seguintes casos:
 - Respeitamos, sempre que possível, a grafia do documento, ainda que manifestasse idiosincrasias ortográficas do escriba.
 - No caso de variação no próprio documento a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual.
 - Como base para o desfazimento das abreviaturas vigentes, utilizamos o livro **Abreviaturas de manuscritos dos séculos XVI ao XIX**, de Maria Helena Ochi Flexor (2008).
3. Não foi estabelecida fronteira de palavras que foram escritas juntas, nem se introduziu hífen ou apóstrofo onde não existia.

4. A pontuação original foi mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba foi marcado [espaço]. Foram observados dois casos especiais:
 - Em relação a trechos que demandaram maior esforço para decodificação, seja pela ausência de sinais de pontuação, seja por estarem sob sistema diverso, foi incluído, em nota de rodapé, uma possível interpretação.
 - A sinalização [espaço] não se aplicou aos espaços em cabeçalhos, títulos e/ou rótulos de seções de periódicos, fórmulas de saudação/encerramento ou na reprodução de diálogos, ficando estabelecido o intervalo conforme o original.
5. A acentuação original foi mantida. Os sinais de separação de sílaba ou de linha, usados pelos autores dos diversos documentos, foram mantidos como no original.
6. Foi respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original.
7. As eventuais grafias diferenciadas foram remetidas para nota de rodapé.
8. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original foram tachadas. No caso de repetição que o escriba ou copista não suprimiu, passou a ser suprimida pelo editor que a colocou entre colchetes duplos.
9. Intervenções de terceiros no documento original apareceram em nota de rodapé informando-se a localização.
10. Intervenções do editor foram raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, e elucidativas para não deixarem margem à dúvida. Quando ocorreram, vieram entre colchetes. Quando houve dúvida sobre a decifração de alguma letra, parte de ou vocábulo inteiro, o elemento em questão foi posto entre colchetes e em itálico.
11. Letra(s) ou palavra(s) não legíveis por deterioração ou rasura justificaram intervenção do editor com

a indicação entre colchetes, conforme o caso: [.] para letras, [ilegível] para vocábulos e [ilegível. + n linhas] para a extensão de trechos maiores.

13. A divisão das linhas do documento original foi preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical entre as linhas. A mudança de parágrafo foi indicada pela marca de duas barras verticais.
14. A mudança de fólio ou página recebeu a marcação entre colchetes, com o respectivo número e indicação de frente ou verso.
15. As assinaturas e rubricas simples foram sublinhadas.
16. Informações que julgamos significativas sobre a diagramação e layout do texto em impressos aparecem em nota de rodapé.

3.4. Tipologia textual: Processos-crime de defloramento

O processo-crime de defloramento é um conjunto de documentos jurídicos que corporificam o andamento, desde a denúncia até a sentença final. Partindo de uma queixa-crime prestada pela vítima ou seu responsável procura-se provar haver ocorrido cópula carnal, com ou sem consentimento, entre uma mulher (a vítima) e um homem (réu).

O defloramento ou o ato de desvirginar jovens já era considerado como prática criminosa desde as Ordenações Afonsinas (1500-1514), Manuelinas (1514-1603) e Filipinas (1603-1916). As Ordenações Filipinas se mantiveram em voga no Brasil até o ano de 1916, quando então, foi promulgado o Código Criminal Brasileiro de 1830. No Código Criminal Brasileiro de 1890 encontramos no Título VIII - “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje publico ao pudor” - Capítulo I - “Da violencia carnal”, no Artigo 267 determina: Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude: Pena - de prisão celular por um a quatro annos.” E no Artigo 268 - “Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta:

Pena - de prisão cellual por um a seis annos”. §1º “Si a estuprada for mulher publica ou prostituta: Pena - de prisão cellual por seis mezes a dous annos.” (QUEIROZ, 2017).

3.4.1. Auto de corpo de delito

Nos casos de crimes sexuais (defloramento e estupro) é exigido o exame pericial de corpo de delito. Este exame deve ser efetuado por dois peritos, preferencialmente médicos legistas e funciona como uma primeira avaliação da ofendida, produzindo interpretação jurídica e oficial, ao constatar o defloramento/estupro, ou sua ausência. Os peritos verificam e descrevem o estado ginecológico da ofendida e observam a ausência ou presença de marcas de violência, elementos necessários na orientação das investigações preliminares do processo-crime. O resultado obtido no exame de corpo de delito pode, muitas vezes, ser decisivo no desfecho do processo. (ELEUTÉRIO; MACHADO, 2016).

Dessa forma, há diretrizes claras e precisas de como deveria ser redigida a tipologia documental com a qual trabalhamos. A saber,

[...] o auto deve ser elaborado em linguagem clara, precisa, inteligível, sem qualificações nem classificações inoportunas, mas acessível, mesmo aos não profissionais, procurando antes descrever que nomear, mencionar que classificar. (PEIXOTO, 1910, p.178).

4 SOBRE OS CORPORA

Para este artigo elegemos a edição de dois *corpora* que estão alocados no Arquivo do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

O primeiro processo teve sua ocorrência entre os anos de 1893 e 1894. Está guardado sob a cota 2544, e trata-se do defloramento de Alice Ramalho Porto, de 17 anos, moradora do arrabalde Chica Chaves, atualmente bairro Industrial em Aracaju. Após a denúncia, feita pela própria vítima, procedeu-se a abertura do inquérito pelo Promotor Público da Comarca. Algu-

mas testemunhas foram arroladas e intimadas para registrarem seus depoimentos. Logo após, realizou-se o exame de corpo de delito, sob os cuidados de dois médicos credenciados pela justiça, que confirmaram o defloramento, realizado através de membro viril e sem o emprego de violência. Em seguida, a vítima foi convocada para o auto de perguntas, confirmando seus dados pessoais e a denúncia do crime de defloramento a ela praticado pelo réu Adolpho Augusto de Almeida que lhe prometera casamento. As testemunhas foram inquiridas e confirmaram o ocorrido. No momento do depoimento do acusado Adolpho Augusto de Almeida, soube-se que o referido era menor de idade (16 anos), sendo então, solicitada a presença do Curador João Antonio Ferreira da Silva, nomeado pelo Juiz Municipal. Após essa fase processual, os dados foram feitos encaminhamentos legais ao Juízo Municipal que convocou novas testemunhas. A defesa do réu utilizou o argumento de que seu cliente é que fora seduzido, uma vez que a vítima tinha idade superior (17 anos) e ele apenas dezesseis. Através dos depoimentos não foi possível provar que o acusado tenha sido o autor do defloramento, sendo esse o parecer do juiz na conclusão do processo. Durante o processo a menor Alice Ramalho Porto, saiu da residência dos seus pais e foi morar em um local conhecido na cidade por ser uma zona de prostituição.

O segundo processo está sob a cota caixa 2545 e foi produzido no ano de 1902. Apresenta o defloramento da menor Francisca de Tal, com apenas 10 anos de idade. O fato ocorreu durante a ida da menor ao sítio Roballo, na cidade de Aracaju. O réu, Julio da Cruz, pediu para acompanhá-la e no caminho, ocorreu o defloramento, apesar da não anuência da vítima. Após o ato criminoso, o réu deixou a vítima no tal sítio, avisando que voltaria em breve para concretizar o casamento com a menor. O tutor da menor denuncia o réu, dando início ao processo, culminando com a prisão do réu, que se soube posteriormente, tinha a idade de 15 anos.

Em meio as diferentes tipologias ou tradições discursivas existentes nestes processos-crime escolhemos, como ponto de partida para a confecção do glossário o auto de corpo de delito como objeto de estudo, por ser

esta tipologia elaborada por profissionais conhecedores da terminologia médica, nosso objetivo principal neste artigo.

4.1. Aspectos codicológicos dos autos de corpo de delito

O auto de corpo de delito do processo de Alice Ramalho Porto apresenta 03 fólios, sendo 02 escritos em recto e verso e 01 escrito somente em recto. Os fólios são de média gramatura e possuem entre 330 x 230 mm e 310 x 210 mm. A mancha de escrita tem, em média, 280 x 160 mm de dimensão. O processo em si está em bom estado de conservação. O tipo de tinta utilizado para a escrita do documento foi, provavelmente a ferrogálica. Esse tipo de tinta, pelo alto teor de sulfato em sua composição aliado ao fato de o cartáceo ser de média gramatura, acaba formando sombras, provocando algumas dificuldades em sua leitura. O auto de corpo de delito foi escrito pelo escrivão nomeado pelo delegado e, portanto, não apresenta mudanças de punho, apenas ao final encontramos as assinaturas dos responsáveis pelo exame e as testemunhas.

O corpo de delito da menor Francisca de Tal apresenta 02 fólios, sendo 01 escrito em recto e verso e 01 escrito somente em recto. Os fólios são de média gramatura e possuem entre 330 x 230 mm e 310 x 210 mm. A mancha de escrita tem, em média, 280 x 160 mm de dimensão. A tinta utilizada foi a ferrogálica. O documento foi escrito pelo escrivão nomeado pelo delegado, não apresentando mudanças de punho, e ao final estão as assinaturas do delegado, dos responsáveis pelo exame e das testemunhas.

4.2. Edição semidiplomática do Auto do Corpo de Delito de Alice Ramalho Porto.

[fol.01r] Auto do Corpo de delito feito| pelo defloramento de Alice| Ramalho Porto como abaixo se declara.|| Aos quatorse dias do mes de| Novembro de mil oitocentos| e noventa trez, nesta cidade| de Aracajú, Capital do Esta_|do de Sergipe, as onse horas da| manhã, na casa da Inten|dencia Municipal a onde| estava o Juiz de Paz em exer-|cicio Tenente Coronel Mano|el Antonio

Carneiro Leão, com_|migo o escrivão de seu cargo| abaixo assignado, os peri-|tos notificados Doutores Da-|niel Campos e Felino Mar_|tins de Carvalho Fontes, Me-|dicos residentes nesta Capi_|tal, o juiz deferio aos mes-|mos peritos o juramento do| estylo de bem e fielmente| desempenhassem a sua mis_|são, declarando com verda-|di o que descobrissem e en-|contrassem e o que em su_|las consciencias entende_|rem, e encarregou lhes que| procedessem a exame na| pessoa de Alice Rama-|lho Porto, e que respondessem,| aos seguintes quesitos: *Número*|

[fol. 1v] 1º se houve defloramento; 2º|qual o meio empregado;| 3º se houve copula carnal;|4º se houve violencia| para fim libidinoso; 5º|quaes ellas sejam; 6º qual| o tempo em que se deu o deflo-|ramento ; 7º finalmente| qual o valor do damno cau-|sado. Em consequência| passaram os peritos a| faserem os exames e inves-|titação necessárias, con-|cluídas as quais decla-|ram o seguinte. Em con-|sequencia passaram os peri-|tos a faserem os exames e in-|vestigações necessárias, con-|cluídas as quais declaram|o seguinte: Que convidados| pelo primeiro Juiz de Paz Tenen-|te Coronel Manoel Antonio| Carneiro Leão, para as on-|se horas da manhã de ho-|je, comparecermos á casa| da Intendencia Municipi-|pal, ahi chegados, nos foi pre-|sente Alice Ramalho Porto|de desesete á desoito anos mais| ou menos, de estatura regu-|lar, da côr branca, tempe-|ramento lymphatico e que| se desia deflorada. Colo|

[fol. 2r] Colocada a paciente em| commodo apropriado, deita-|da sobre uma mēza com| as pernas dobradas sobre as| coxas, afastadas estas no-|tamos pela inspeção| conformação regular dos| orgãos genitais externo sem| vestígios algum de violen-|cias; ligeiro afastamento| dos grandes lábios que li-|gamos a pratica de mas-|turbação a que se dava| a paciente com o accusa-|do, segundo nos foi por el-|la referido. Pelo canal| vulvar escapava em peque-|na porção um liquido sero-|mucoso que ligamos a leu-|corrêa constitucional.|| Abertas as coxas fortemen-|te e afastados os grandes|lábios, procurando abrir des-|tante o orificio vulvo-vagi-|nal vimos os pequenos la-|bios de uma côr rosêa pali-|da, nada apresentando| de anormal na sua con-|formação; a furcula man-|tinha completa integridade. | Aos lados

do anel vulvar no [tamos duas saliência rose [as, cicatrizadas, pouco regu [fol. 2v] regulares, retalhos da hymem] que, provavelmente foi de] forma elyptica. Praticado o] toque com o dedo mínimo] este atravessando o anel vulvar;] retirado e introduzido o indi [cador até a porção media] da segunda phalange sen [tamos resistências; contric [ção do anel vulvar e percebe [mos uma secreção seme [lhante aquela de uma] superfície rugosa, devido] provavelmente a rutura já] cicatrizada produzido na] circunferência do mesmo a [nel. E por tanto respon [dendo Ao primeiro quesito Sim.] Ao segundo com toda proba [bilidade o pênis. Ao terceiro] provavelmente sim. Ao quar [to não há vestígios. Ao quinto] prejudicado. Ao sexto a scien [cia não fornece dados pa [ra precisar mathematica [mente o tempo. O que afirma [mos é que o defloramento] não é recente e sim data] remota. Ao sétimo que avalie] Juizo competente. E são estas] as declarações que tem afaser] com sua consciência e debai [xo do juramento prestado. E] [fol. 03r] E por nada mais haver deu [se por concluído o exame or [denados e de tudo se lavrou o] presente auto que vai por mim] escripto e rubricado pelo Juiz,] e assignado pelos mesmos] peritos e duas testemunhas] presentes, com migo escrivão] Jose Barbosa de Amorim que] o fiz e escrevi; do que de tudo] dou fé. || Manoel Antonio Carneiro Leão || Doutor Daniel Campos || Doutor Felino Martins Fontes de Carvalho || Francisco Freire Pitombo || Joze Antonio da Chaga || Jose Barbosa de Amorim

4.3. Edição semidiplomática do Auto do Corpo de Delito de Francisca de Tal.

[fól.08r] Auto de exame de corpo de delicto] Aos quatro dias do mez] de Abril do anno de mil] novecentos e dois, nesta] cidade de Aracajú, capital] do Estado de Sergipe, na Secre [taria da Repartição Central] da Policia, onde se achava o] delegado de policia, Abra [hã Nunes de Britto Lima, com] migo amanuense da policia, ser [vindo de escrivão, os peritos] notificados Doutores José Mo [reira de Magalhães e Ma [noel de Carvalho Nobre, e] as testemunhas José Manoel] de Paula e Manoel Terominio] da Silva, todos moradores nesta] cidade; o delegado deferio aos] peritos o juramento de bem] e fielmente desempenharem] com verdade o que descobri] rem e encontrarem e o que] em sua consciencia enten-

derem e encarregou-lhes que] procedessem a exame de corpo] de delicto na pessoa da menor] Francisca de tal e que respon [dessem aos quesitos seguintes: | 1º Si houve defloramento, ou estupro;] 2º Qual o meio empregado; 3º Si houve] [fól. 8v] copula carnal; 4º Si é recente; 5º Si houve emprego de hypnotismo,] de substancia anestesica, ou | narcotica, para consecução do] crime. Em consequencia] passarão os peritos a fazer] os exames e investigações] ordenadas e as que julgarem] necessarias; concluidas as quaes] declaram o seguinte: Que exa [minando a menor Francisca] encontraram o canal da vagi [na turgido, rubro e dolorozo ao] toque; encontraram tres retalhos] da hymem ainda turgidos; na] da mais encontrando respon [deu ao 1º quesito sim, deflo] ramento; ao 2º Membro viril;] ao 3º Sim; ao 4º Sim; ao 5º Não] E são estas as declarações que] em sua consciencia e de [baixo do compromisso pres] tado têm a fazer. E por] nada mais haver de] tudo lavrou-se este auto,] que vai escripto por] mim, rubricado pelo] delegado e assignado pelo] mesmo, peritos e teste [munhas, commigo Fran] cisco d'Oliveira, servindo] de escrivão, que o escrevi.] [fól.9r] Abraham Nunes de Britto Lima || José Manoel de Carvalho Nobre || José Moreira de Magalhães || José Manoel de Paula || Manoel Terominio da Silva || Francisco d'Oliveira Leite ||

5 CONSTRUÇÃO DE UM GLOSSÁRIO TERMINOLÓGICO

Partindo de uma das partes constituintes do processo-crime, o corpo de delito, elaboramos um glossário com os termos médicos constantes, neste tipo de tradição discursiva. O glossário terminológico é um “repertório que define termos de uma área científica ou técnica”. (FAULSTICH, 1995). Segundo Barros (2004), “o termo é uma unidade lexical com um conteúdo específico dentro de um domínio específico”.

Krieger e Finatto (2004, p.127) afirmam que: “o processo de elaboração de um dicionário terminológico, como poucos têm consciência, é longo, geralmente lento e demanda um grande volume de pesquisa textual prévia”.

Por esta razão, optamos por realizar um glossário parcial e seletivo tomando como base as entradas lexicais

definidas como vocábulos de especialidade médica. Para a delimitação e extração dos termos utilizamos procedimentos e informações disponíveis no âmbito da Linguística de *Corpus*. Objetivando obter máxima precisão nesta coleta optamos pelo uso da ferramenta computacional Word Smith Tools 6.0, como afirma Barros (2004) “A utilização do computador dá aos estudos de corpora maior precisão e praticidade”. A padronização escolhida (MARENGO, 2016, 2017, 2018) para a constituição das informações do glossário foi a seguinte:

1. Todas as entradas devem estar em ordem alfabética, caixa alta e no singular; representadas pela variante de maior frequência;
2. A “**Cl.Pal.**” indica a classe das palavras e o gênero;
3. A segunda linha corresponde a “**Lem.**” (lematização). Preenchemos esse campo com todas as formas variáveis do termo (gênero, número e ortográfico);
4. Utilizamos a escrita das definições de forma uniformizada, seguindo as normas ortográficas atuais em vigência. A etiqueta nomeada foi “**Etim.**” As bases de consulta foram os dicionários etimológicos de Cunha (2007), representado por CUN, e Nascentes (1955), representado por NAS;
5. Na próxima entrada apresentamos a definição do termo, extraído diretamente da edição. A etiqueta foi nomeada como “**Def. Ms.**”. No caso de a edição não ter contemplado explicitamente a definição, esta foi reconstruída com base nos indicativos textuais e pesquisas históricas seguido do indicativo [rec];
6. A entrada seguinte foi retirada da referência lexicográfica que temporalmente está mais próxima da data de escrita da fonte. A escrita das definições foi uniformizada segundo as normas ortográficas atuais em vigência. Utilizamos a etiqueta “**Ref. Lex.**”;
7. Finalizamos com a transcrição abonada que registra o fragmento no texto editado. Optamos pela manutenção da grafia existente na edição. A etiqueta foi nomeada de “**Ex.**”

Na construção do glossário observamos a existência de termos estritamente técnicos que somente foram compreendidos com a utilização de um manual de Medicina Legal do período trabalhado, em grande parte pela variação/mudança ocorrida, apresentando diversos caminhos pelo qual nossa pesquisa possa futuramente percorrer.

4.1. Classificação dos termos

Após a rodagem da edição com o Word Smith tools 6.0 foi possível classificar os seguintes termos:

1. Órgãos sexuais externos femininos:
 - Grandes lábios; (ARP, 1893)
 - Pequenos lábios; (ARP, 1893)
 - Orifício vulvo-vaginal, canal vulvar ou anel vulvar; (ARP, 1893 e FT, 1902)
 - Fúrcula; (ARP, 1893)
 - Hymem ou retalhos da hymem (ARP, 1893 e FT, 1902)
2. Órgão sexual masculino:
 - Pênis (ARP, 1893)
 - Membro Viril (FT, 1902)
3. Secreções:
 - Líquido sero-mucoso (ARP, 1893)
 - Leucorréia (ARP, 1893)
4. Sexualidade:
 - Prática de masturbação. (ARP, 1893)

Apresentamos a seguir um resumo do resultado de um único termo: HYMEM

Cl.Pal.	Substantivo masculino.
Lem.	Hymem (feminino).
Etim.	Do grego hymén, membrana; especializou o sentido. (NAS, p.263). Do latim hymen, derivado do grego hymén; membrana que fecha em parte a vagina. (CUN, p.411).
Df. Ms.	Membrana existente na vagina a mulher indicando sua virgindade [rec].
R e f . Lex.	Membrana que tapa em parte o orifício da vagina.
Ex.	[...] regulares, retalhos da hymem que, provavelmente foi de forma elyptica. (ARP, 1894) [...] encontraram tres retalhos da hymem [...] (FT, 1902).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos uma pequena contribuição na disponibilização da edição do *corpus* para o banco de dados diacrônicos do Estado de Sergipe, partindo da edição semidiplomática que seguiu o rigor filológico, respeitando os critérios da Crítica Textual, cuja importância se faz necessária para qualquer trabalho que possua como suporte o texto escrito (MARENCO; FREITAG, 2016). O labor filológico realizado neste projeto possibilitou a leitura mais precisa do *corpus*, facilitando o seu entendimento e tornando-o fonte confiável para a construção de um glossário fidedigno sobre termos específicos da área médica, esperamos assim, poder contribuir para o desenvolvimento dos estudos terminológicos de viés sócio histórico.

Nossa pesquisa continua em andamento, pois, como afirmado anteriormente, o acervo do AGJ possui inúmeros documentos a serem editados. Consideramos que os estudos realizados até o momento, sobre a edição crítica, suas normas e o próprio fazer das edições, sejam de grande utilidade, uma vez que até o momento, não havia uma tradição em pesquisas na área de edição de documentos manuscritos no Estado de Sergipe. Através dessas edições, abrem-se espaços para análises linguísticas, sociológicas, históricas, pesquisas diacrônicas sobre os gêneros textuais, tais como: processos criminais, inquéritos. É possível também, obter mais informações sobre a História do exercício jurídico em nosso Estado, nos temas a respeito de crimes e violências ocorridos em Sergipe nos tempos pretéritos.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Lidia Almeida. **Curso Básico de Terminologia**. São Paulo: EdUSP, 2004.
- CAMBRAIA, C. N. *Subsídios para uma proposta de normas e edição de textos antigos para estudos linguísticos* In: **I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa**. São Paulo: FFLCH-USP/Humanitas, 1999. pp.13-23.
- _____. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.
- ELEUTÉRIO, P. M. daS.; MACHADO, M. P. **Desvendando a computação forense**. São Paulo: Novatec, 2016.
- FAULSTICH, E. *Rede de remissivas em um glossário técnico* In: **Cadernos do Instituto de Letras**, UFRGS, Porto Alegre: Ed.UFRG, 1993.
- KRIGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B. **Introdução à Terminologia**. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARENCO, S. M. D. A. *Variações terminológicas e diacronia: estudo léxico-social de documentos militares manuscritos dos séculos XVIII e XIX*. 2016. 530 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- _____. *Instruções militares que contém os princípios gerais de tática (FBN-I-14, 01, 039): Edição semidiplomática e glossário terminológico*. In: XIMENES, E.E.; NUNES, T. R. (orgs). **Estudos Filológicos e Linguísticos na Bahia, no Ceará e em Sergipe**. Fortaleza: EdUECE, 2018.
- MARENCO, S. M. D. A.; CAMBRAIA, C.N. *Estudo socioterminológico da variação/mudança em manuscritos militares os séculos XVIII e XIX* In: **Revista Interdisciplinar**, São Cristóvão, Sergipe, Ano XI, v. 24 jan./abr, pp.203-224. UFS, 2016.
- MARENCO, S. M. D. A.; FREITAG, R. M. K. *Para uma História do Português Brasileiro em Sergipe: Organizando as fontes manuscritas e suas edições*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v. 1, n. 46, pp. 116-129, 2016.
- MATTOS e SILVA, R. V. **O português arcaico. Fonologia. Morfologia e Sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Caminhos da Linguística Histórica- “ouvir o anaudível”**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2ª tiragem, tomo I, 1995.
- QUEIRÓZ, R. de C. R. de. *Autos de defloramento: para que editar?* In: **Revista da ABRALIN**, Paraná, v. 16, n. 3, pp. 185-200, jan./fev./mar./abr. 2017. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/52310/32230>. Acesso em 28/08/2018.
- SIMÕES, J. da S.; KEWITZ, V. *Recortes temáticos e mapeamento de tradições discursivas no corpus do PHPB* In: HORA, D. da; SILVA, C. R. (orgs.). **Para a História do Português Brasileiro: abordagens e perspectivas**. João Pessoa: Ideia/Editora da UFPB, v. VIII, pp. 21-28, 2010.
- SPINA, S. **Introdução à edótica**. São Paulo: Ars Poetica/EdUSP, 1990.

OS AUTORES

Natália Larizza Sanches de Souza é Graduada em Letras-espanhol, Mestranda em letras no Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: natlari-
zza@gmail.com

Soraya Carvalho Souza Biller Teixeira é Licenciada em Letras Português/Espanhol (UFS), Mestranda em Letras no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: sorayabiller@gmail.com

Rafaela Neres de Oliveira é Graduanda em Letras-vernáculas na Universidade Federal de Sergipe, bolsista voluntária no Programa de Iniciação à Pesquisa Científica. E-mail: rafaela-
neres@outlook.com

Deyvison Moreira Santos é Aluno de graduação Letras Vernáculas (UFS), bolsista PIBIC (COPES/UFS). E-mail: deyvi-
son4321@gmail.com